



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes**

---

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS**

# **FLASH**

# **5452**

**Presidente da Mesa Diretora:** José Maria Saraiva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Raimundo Pereira da Silva

**Data:** 03/06/2004

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 76/2004. Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos e deficientes em hospitais, casas de saúde e postos de saúde, no município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.353, de 26/08/2004).

**Controle Interno – Caixa:** 9.2    **Posição:** 37    **Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversos  
Cl: 9.2  
Ordem: 34  
nº fls: 03



Nº 76/2004

17.08.2004

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2.004

AUTOR: VEREADOR - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA

ASSUNTO:

Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, e deficientes

em hospitais, casas de saúde e postos de saúde, no âmbito municipal.

Carica

Entrada em MOVIMENTO

Comissão de Legislação e Justiça.

- 1 - \_\_\_\_\_
- 2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - EM 17.08.2004
- 4 - \_\_\_\_\_
- 5 - \_\_\_\_\_
- 6 - \_\_\_\_\_
- 7 - \_\_\_\_\_
- 8 - \_\_\_\_\_
- 9 - \_\_\_\_\_
- 10 - \_\_\_\_\_



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

PROJETO DE LEI Nº-----/2004

**Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos, e deficientes em hospitais, casas de saúde e postos de saúde, no âmbito municipal.**

A Câmara Municipal de Montes Claros, MG, aprova e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º:** Fica assegurado o direito ao atendimento prioritário às pessoas idosas e aos portadores de deficiência, em todos os hospitais, clínicas de saúde e postos de saúde, exceto em casos de emergência, sediados neste Município.

§ 1º Entende-se por atendimento prioritário a não obrigatoriedade das pessoas descritas no “caput” deste artigo aguardar em filas.

§ 2º Entende-se por pessoa idosa aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de acordo com Estatuto do Idoso.

§ 3º As deficiências entendidas pela presente Lei são as que impossibilitem às pessoas movimentos normais ou dificultem a locomoção.

**Art. 2º:** Os estabelecimentos descritos no “caput” do art. 1º deverão afixar, em local visível, placas de orientação ao público.

**Art. 3º:** O Executivo Municipal regulamentará esta Lei no Prazo de 60 dias.

**Art. 4º:** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 5º:** Revogam-se as disposições em contrário.

PROTOCOLO

☐ EXP. ☒ RECEB.

02/06/2004

HORA: 7:30

ASS: Dr. João Luiz de Almeida

Vereador Raimundo Pereira da Silva  
1º SECRETÁRIO DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 04 DE JUNHO DE 2004  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

É LEGAL e CONTINUARÁ

*[Signature]*  
Autor.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 17 DE AGOSTO DE 2004  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## GABINETE DO VEREADOR RAIMUNDO DO INPS

### JUSTIFICATIVA

As pessoas idosas e portadoras de deficiência devido ao seu estado especial merecem ter uma maior atenção da comunidade, razão pela qual nada mais justo que tenham prioridade de atendimento nos hospitais, casas e postos de saúde, salvo os casos de emergência, que têm preferência. Tal medida decorre do bom senso e da solidariedade que se deve ter para com essas pessoas especiais.

Nesta linha de considerações elaboramos o presente projeto de lei que submetemos a apreciação dos nobres colegas com a certeza de que merecerá a melhor acolhida por parte de todos.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 31 de Maio de 2004.

  
Vereador Raimundo Pereira da Silva  
1º SECRETÁRIO DA CÂMARA



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA JURÍDICA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº \_\_/2004 QUE “Dispõe sobre o atendimento prioritário aos idosos e deficientes em hospitais, casas de saúde e postos de saúde no âmbito municipal.”, de autoria do Vereador Raimundo Pereira da Silva.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento visa assegurar o direito ao atendimento prioritário às pessoas idosas e aos portadores de deficiência, em todos os hospitais, clínicas de saúde e postos de saúde, sem prejuízo dos casos de emergência, sediados neste município. Conforme previsto na proposição, o atendimento prioritário implica na desobrigação das referidas pessoas aguardarem em filas. De acordo com o Estatuto do Idoso, pessoa idosa é aquela com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Os estabelecimentos descritos deverão afixar, em local visível, placas de orientação ao público.

Fundado no princípio da dignidade da pessoa humana, o art. 230 da Carta Magna prevê, in verbis, que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Com fulcro nos artigos 1º, 2º e 3º e seu parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, fica instituído o referido Estatuto, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para a preservação de sua saúde física e mental.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende: garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Estabelece o art. 13 da LOM, que:

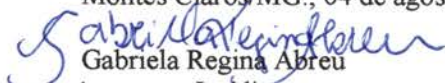
Art. 13- Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I- Legislar sobre assuntos de interesse local;
- II- Suplementar, no que couber, a legislação federal e a estadual.

*Ex positis*, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional, e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros/MG., 04 de agosto de 2004.

  
Gabriela Regina Abreu  
Assessora Jurídica  
OAB/MG 81.617